

9 DE SETEMBRO
PARTICIPE DA
TELECONFERÊNCIA!

Revista **CFN**

MAIO/JUNHO/JULHO/AGOSTO - 2002 - ANO III Nº 07

Conselho Federal de Nutricionistas

31 de Agosto: Dia do Nutricionista

"Profissional comprometido com a sociedade."



SRTVS, Qd. 701,
Ed. Assis Chateaubriand, Bloco II,
Sala 406 – Brasília/DF
CEP 70340-000
Home page: www.cfn.org.br
E-mail: cfn@cfn.org.br
Tel.: (61) 225-6027
Fax: (61) 323-7666

PRESIDENTE

Rosane Maria Nascimento da Silva

VICE PRESIDENTE

Maria de Fátima Fuhro Martins

SECRETÁRIA

Nancy Sayoko Miyahira

TESOUREIRA

Ida Cristina Leite Veras

COMISSÃO DE TOMADAS CONTAS

Fátima Christina de Castro Santana
Sandra Maria Chemin Seabra da Silva
Maria Helena Prazeres de Souza

COMISSÃO DE ÉTICA

Fátima Christina de Castro Santana
(Coordenadora)
Arlete Santos Moreira
Maria Helena Prazeres de Souza

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Sandra Maria Chemin Seabra da Silva
(Coordenadora)
Amélia Gomes Moreira Vaz
Nancy Sayoko Miyahira

COMISSÃO DE ENSINO

Leopoldina Augusta Souza Sequeira
(Coordenadora)
Celeste Alves Moura
Sandra Maria Chemin Seabra da Silva
Ida Cristina Leite Veras
Rosane Maria Nascimento da Silva

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Rosana Maria Carolo da Costa e Silva
(Coordenadora)
Míriam Regina Fagundes Salomão
Celeste Alves Moura
Eliana da Silva Rezende
Arlete Santos Moreira

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Míriam Regina Fagundes Salomão
(Coordenadora)
Arlete Santos Moreira
Maria Helena Prazeres de Souza
Fátima Christina de Castro Santana
Maria Rosa de Macedo dos Santos

EDITORA

Socorro Aquino 2091/DF

PROJETO GRÁFICO

Wellington Braga

IMPRESSÃO

Primícia Gráfica e Editora

TIRAGEM

30.000 exemplares

PERIODICIDADE

Quadrimestral



Ministro do Trabalho
e Emprego Paulo
Jobim Filho

O

I

J

P

M

N

S

MTE vai iniciar fiscalização do PAT com o CFN

O ministro do Trabalho e Emprego Paulo Jobim Filho, em entrevista a Revista do CFN, falou sobre as propostas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para o desenvolvimento e propagação do PAT. **Confira!**

EDITORIAL	3
PSF	4
DIA DO NUTRICIONISTA	5
CONBRAN	6
ENTREVISTA	8
CRN EM AÇÃO	10
ALIMENTOS TRANSGÊNICOS	11
BOLSA-ALIMENTAÇÃO	12
AÇÕES E PARCERIAS	14
AGENDA	15

Uma reflexão necessária

Em mais uma edição da Revista do CFN reforçamos, com muito prazer, o intercâmbio com nossos leitores. Ao desenvolver esta mensagem editorial tentei conjugar dois fatos: a comemoração do Dia do Nutricionista e as eleições, evento político de grande relevância e cujos resultados certamente vão interferir diretamente na vida de todos os brasileiros, seja qual for o seu papel social.

Relembrando que pertencemos a uma profissão com perfil predominantemente feminino, isso me despertou para o fato de que atualmente o eleitorado brasileiro também tem este perfil, visto que as mulheres já representam 50,84% dos cidadãos aptos a votar. Isso nos dá a dimensão da responsabilidade de sermos elementos determinantes nessas eleições enquanto mulheres, cidadãs e nutricionistas.

Vale destacar que estamos comemorando, também, os 70 anos da conquista do direito ao voto feminino, instituído pela Constituição. A importância desse direito adquirido não pode ser desprezada, tendo em vista que é através do voto que se define o rumo da política nacional.

No próximo dia 6 de outubro, portanto, teremos que eleger nossos governantes com um voto consciente, buscando na história dos candidatos quais são os compromissos de cada um com a soberania do País, quais os seus projetos em áreas es-

tratégicas, como a saúde, educação e, principalmente, com a justiça social, num dos países mais desiguais do mundo.

Está em nossas mãos o dever de eleger políticos realmente comprometidos com as políticas públicas

“Nos diversos segmentos em que atuamos a política está presente, seja pelos métodos existentes, nos princípios ou nos resultados alcançados.”

fundamentais para o bem-estar da população. Como bem cita o escritor José Saramago em artigo enviado para leitura no Fórum Social Mundial “...O eleitor poderá tirar do poder um governo que não lhe agrade e por outro em seu lugar, mas o seu voto não teve, não tem, nem nunca terá qualquer efeito visível sobre a única e real força que governa o mundo, e portanto o seu país e a sua pessoa: refiro-me, obviamente, ao poder econômico, em particular à parte dele, sempre em aumento, gerida pelas empresas multinacionais de acordo com estraté-

gias de domínio que nada têm que ver com aquele bem comum a que, por definição, a democracia aspira”.

Mas as macro transformações são possíveis e teremos que construí-las pela via política.

Nos últimos anos percebemos as dificuldades vividas pelas áreas da saúde e educação, principalmente porque o Estado foi omissivo na condução das políticas públicas e descharacterizou o papel fundamental dos conselhos profissionais de saúde, apostando na desregulamentação das profissões. Poucos avanços foram conquistados e, conseqüentemente, as áreas de formação e prática profissional são constantemente ameaçadas.

O nosso campo de atuação é também político. Nos diversos segmentos em que atuamos a política está presente, seja pelos métodos existentes, nos princípios ou nos resultados alcançados. Por isso, não podemos participar desse processo sem realizarmos uma profunda análise das propostas apresentadas e sem a perspectiva de podermos acompanhar o desenvolvimento das mesmas.

É um momento muito propício para termos esperança em construir uma sociedade mais justa, principalmente para aqueles que dependem dos nossos conhecimentos técnicos e da nossa atuação para a promoção da justiça social e a garantia do direito humano à alimentação.

Rosane Maria Nascimento da Silva

Presidente do CFN

O nutricionista no PSF

Com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), o processo de transformação deste sistema é radicalizado implicando na reorganização das práticas e estratégias de atenção à saúde. O Programa Saúde da Família (PSF) surge num momento de reformulação do SUS, que amplia a concepção de atenção básica.

O PSF foi criado no Brasil na década de 90, inspirado nas experiências desenvolvidas na área de saúde pública em países como Cuba, Inglaterra e Canadá. Com características próprias, adaptado a realidade dos estados brasileiros, o Programa foi oficialmente instituído pelo Ministério da Saúde em 1994. Até dezembro de 1998, o Programa estava implantado em 24 estados, 1.219 municípios, com 3.119 equipes (*Ministério da Saúde – Avaliação da Implantação e funcionamento PSF – Brasília, 2000. 65p*).

Os profissionais

Oficialmente, o PSF é constituído por equipes multiprofissionais, formadas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde e odontologistas. Cada equipe é responsável por famílias de uma determinada área do Município. O PSF tem como prioridades as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) por entender que a alimentação saudável é essencial para a qualidade de vida da população, vem defendendo ao longo dos anos, a inserção do nutricionista nas equipes do Programa. A defesa de estratégias consistentes assegurou a inclusão do componente alimentação e nutrição nas ações de

atenção à saúde, passo importante para a atuação do nutricionista.

A inserção desse novo componente foi amplamente discutida e divulgada com o propósito de subsidiar as discussões dos nutricionistas e suas entidades nos estados e municípios. É relevante destacar que o Brasil convive atualmente com as enfermidades características de países subdesenvolvidos, em que um dos componentes básicos de sua determinação é apresentado pelo padrão alimentar e nutricional, historicamente cristalizado nos estudos epidemiológicos em todo o mundo. A esse fator somam-se aquelas morbidades características dos países centrais, campo em que o conhecimento epidemiológico tem se consolidado e apontado a associação com a alimentação, nutrição e estilo de vida.

É nesse complexo contexto que se justifica a inserção do nutricionista na equipe de atenção básica de saúde da família.

O PSF é claramente um novo campo de trabalho para o nutricionista. Agregar esse profissional ao Programa é um ato claro de garantir à população serviços fundamentais para assegurar uma alimentação saudável e, conseqüentemente, prevenir doenças, promover e recuperar a saúde. O nutricionista é o profissional habilitado na área de alimentação e nutrição com perfil para atender essa necessidade da população.

Fortalecimento

A inclusão oficial do nutricionista no PSF tem sido sistematicamente defendida pelo CFN e várias estratégias estão sendo desenvolvidas para isso. Este ano, o Conselho Federal e a Associação Brasileira de Nutrição

(ASBRAN) firmaram uma parceria com a Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN) do Ministério da Saúde, para realizarem ações conjuntas visando a inserção do nutricionista nas Equipes da Saúde da Família ou nas Unidades de Referência destas mesmas equipes.

Um dos propósitos dessa parceria é articular uma rede de instituições e profissionais para a troca de informações, que fundamentarão um documento-base com o objetivo de incentivar o conhecimento e as discussões sobre as estratégias existentes e suas factibilidade e viabilidade e conhecer a prática das propostas que estão em andamento. Pretende-se ainda, propor estratégias para a atuação do nutricionista no atual modelo de atenção à saúde, com base em experiências locais. Assim, será possível, também, avaliar o impacto da inserção do nutricionista no perfil epidemiológico de determinada população atendida pelo programa.

Em diversos municípios brasileiros a inclusão do nutricionista nas Equipes da Saúde da Família é uma realidade. As principais atividades desenvolvidas são: identificação dos hábitos alimentares da população e dos grupos de risco nutricional; ampliação do Programa de Combate às Carências Nutricionais; monitoramento nutricional de gestantes; promoção de práticas alimentares saudáveis; incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os 6 meses, e misto até os 2 anos, dentre outros.

O CFN estará debatendo este tema em nível nacional, para desenvolver mecanismos técnicos e políticos capazes de interferir na tomada de decisão política do governo e integrar o nutricionista no Programa.

A PRÁTICA

“No Estado do Rio de Janeiro, alguns municípios já contam com o nutricionista no PSF, como Macaé e Cabo Frio, além dos outros profissionais.

Atualmente participo do Programa CRESCER, projeto desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense em conjunto com outras Secretarias de Estado, como a Secretaria Estadual de Saúde (SES), no combate à des-

nutrição infantil, e do Grupo Técnico de Alimentação e Nutrição (RJ), sempre como uma profissional da equipe da Coordenação Estadual de PACS/PSF.

Não poderia omitir a minha felicidade e satisfação de poder estar atuando como nutricionista e sendo respeitada como tal, na construção de ações e projetos nesta fase de reorganização da atenção básica.

A visão da necessidade de outros profissionais estarem sendo inseridos no conjunto do PACS/PSF está crescendo. E a po-

pulação só tem a ganhar com isso. Não podemos exigir a nossa inclusão dentro das equipes “mínimas”, mas muito temos a oferecer à população se conquistarmos o direito de exercer o nosso dever como profissional de saúde agora. E isso só se faz com muito trabalho, com muita vontade, serenidade, competência e compromisso”.

Adriana Maria Leite de Macedo, é nutricionista da Coordenação Estadual do PACS/PSF, Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES).

Teleconferência vai discutir o PSF

No dia 9 de setembro, o CFN realizará uma teleconferência em diversos estados e municípios sobre a inserção do nutricionista no PSF. Para participar em sua própria região, o nutricionista deve entrar em contato com o seu CRN para saber onde assistirá ao evento, que será transmitido diretamente de Brasília. Vários especialistas no assunto participarão do debate.

A teleconferência comemorará o Dia do Nutricionista e acontecerá das 16h às 18 horas. Participe!

Parabéns nutricionista, por contribuir para vidas mais saudáveis

Há 53 anos os nutricionistas iniciaram a história da sua representação enquanto categoria organizada com a criação da Associação Brasileira de Nutricionista (ABN), em 31 de agosto de 1949. Esta data deu origem ao Dia do Nutricionista.

Deste período até a regulamentação da profissão foram vários anos de muita luta, que só tornou este projeto possível graças à dedicação de nutricionistas comprometidos com a necessidade do reconhecimento profissional e a valorização da nutrição, superando, inclusive, várias tentativas de desregulamentação da profissão. Então, em 24 de abril de 1967, finalmente foi sancionada a Lei 5.276/67, que cria a profissão de nutricionista.

O sistema

Em 1976, são criados os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas e, em 80, finalmente o diploma é regulamentado. O curso de nutrição foi precedido pelo de dietista, educadores e visitantes de alimentação.

Inicialmente os nutricionistas tinham sua atuação direcionada para os hospitais, serviços de alimentação industrial, escolas e educação alimentar. Hoje, o leque de áreas em que o nutricionista está atuando é bem maior e abrange, cada vez mais, um contingente significativo de pessoas.



Saúde Pública

Em políticas públicas como o Programa Saúde da Família, o Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) e o Bolsa-Alimentação, a presença do nutricionista está assegurando a redução da desnutrição infantil e/ou garantindo a prevenção de doenças por meio da alimentação equilibrada e saudável.

Nos mais diversos municípios brasileiros cresce a participação do nutricionista nesses programas, o que tem levado a população a adotar hábitos alimentares saudáveis. Áreas como a hotelaria e de esportes ganham mais credibilidade com a presença do

nutricionista como responsável direto pela alimentação.

Parabéns

Por todos esses fatores é que o Conselho Federal de Nutricionistas tem um imenso prazer de parabenizar todos os nutricionistas, que com muita coragem e garra estão atuando de maneira coerente em áreas diversas para assegurar a importância da alimentação e da nutrição no cotidiano da população. Conseqüentemente, esse trabalho está salvando vidas e gerando perspectivas futuras positivas para uma vida digna e saudável.

A dedicação desses profissionais está transformando, aos poucos, os conceitos básicos sobre uma boa alimentação e disseminando a importância do direito fundamental à alimentação. Em todos os segmentos onde há a efetiva participação do nutricionista, os resultados alcançados estão sempre direcionados para assegurar a saúde dos indivíduos.

Neste **31 de agosto – Dia do Nutricionista**, o CFN conclama todos os nutricionistas a participarem da luta pela garantia da sua efetiva participação em todas as áreas, públicas e privadas, em que a nutrição e a alimentação estão presentes. Este é o compromisso do Sistema CFN/CRN. Este é um compromisso de todos os nutricionistas.

Seminário debate ações sobre prescrição e exame laboratoriais

Ao considerar a crescente demanda advinda da ação fiscalizatória dos CRN, no que tange às questões voltadas para a efetivação da Prescrição Dietoterápica e a solicitação de exames laboratoriais pelo nutricionista, assuntos de grande relevância, o Sistema CFN/CRN promoveu o I Seminário Nacional de Prescrição Dietoterápica/Exames Laboratoriais, nos dias 7 e 8 de junho de 2002, em Porto Alegre para debater o assunto.

O evento contou com a participação das entidades da categoria (CFN/CRN, ASBRAN/Associações, FNN/Sindicatos), representadas por nutricionistas que atuam em Instituições de Ensino Superior (IES), hospitais, ambulatórios e consultórios. Divididos em grupos de

trabalhos, os participantes discutiram os fatores que interferem na implementação da Prescrição e na solicitação de exames laboratoriais pelo nutricionista; as ações efetivas, procedimentos e competências para favorecer a implementação desses procedimentos; a terminologia a ser empregada – prescrição dietética ou dietoterápica – e o significado de cada uma; os dados mínimos que devem constar na Prescrição e na evolução nutricional; se o nutricionista pode ou não solicitar os exames e qual deve ser o diagnóstico nutricional e como deve ser elaborado.



A utilização da nomenclatura “prescrição dietética”, definida como “o registro formal da conduta dietética estabelecida pelo nutricionista, com base nos diagnósticos clínico e nutricional”, foi uma das propostas aprovadas na plenária final do Seminário. As demais proposições foram encaminhadas para a apreciação do plenário do CFN, que deverá divulgar os resultados, bem como elaborar resoluções específicas sobre Prescrição Dietética/Exames Laboratoriais.

CONBRAN reforça a alimentação saudável como direito humano fundamental

Os efeitos e as conseqüências da globalização em todos os processos sociais, principalmente, no que diz respeito à alimentação e nutrição da população brasileira foram os focos do XVII Congresso Brasileiro de Nutrição (CONBRAN), realizado de 9 a 12 de junho de 2002, em Porto Alegre-RS. O evento reuniu 1.983 participantes, dentre nutricionista, estudantes e outros profissionais de áreas afins.

Paralelo ao CONBRAN aconteceram o II Congresso Latino-americano e I Congresso Brasileiro de Nutrição Humana, promovidos pela Sociedade Brasileira de Nutrição Clínica (SBNC). O CFN também promoveu o I Seminário de Prescrição Dietoterápica com as entidades da categoria.

O XVII CONBRAN teve o papel de discutir temas diretamente relacionados com o exercício profissional e seus conseqüentes desdobramentos frente à globalização,

como o ensino de nutrição, a antropologia da alimentação, as ações de nutrição na Saúde da Família e o papel das entidades de nutrição para a categoria.

O resultado final dos debates foi condensado na Carta de Porto Alegre, que contém propostas específicas de políticas públicas a serem encaminhadas ao Ministério da Saúde, às entidades e à categoria em geral. Em breve, esta carta será divulgada no site do CFN www.cfn.org.br.

Oficinas definem estratégias específicas para os nutricionistas

Durante o XVII CONBRAN, foram realizadas oficinas temáticas com o propósito de abordar, com mais profundidade, temas específicos da área de alimentação e nutrição. Em grupos, os nutricionistas presentes discutiram o Ensino da Nutrição, a Antropologia da Alimentação e as Ações de Nutrição na Saúde da Família.

As entidades representativas dos nutricionistas, Conselhos Federal e Regionais, Associações, Federação e Sindicatos, também promoveram uma oficina para debater questões relevantes. A seguir, conheça as propostas aprovadas por essas oficinas, encaminhadas para a Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), que adotará as diretrizes necessárias para a efetivação do que foi discutido e aprovado nos grupos.

ENSINO DA NUTRIÇÃO

- Manutenção de momentos de discussão em fóruns regionais e nacionais que dêem continuidade às discussões indispensáveis a constante construção do ensino de nutrição.

- Ampliar os fóruns de discussão entre os Conselhos e as Instituições de Ensino Superior.

- Sugere-se ao CFN a atualização da resolução que dispõe sobre as atribuições do nutricionista nas suas diferentes áreas de atuação com base nas Diretrizes Curriculares.

- Sugere-se algumas estratégias para o alcance das competências e habilidades, tais como:

- ensino baseado em problemas-problematização;

- treinamento pedagógico de professores para maior comprometimento dos projetos em construção;

- construção de eixos de integração transversais, horizontais e verticais;

- considerar o novo modelo de saúde nos diversos níveis de hierarquização no desenvolvimento de conteúdos, programas curriculares, projetos de extensão e outros.

ANTROPOLOGIA DA NUTRIÇÃO

- Recomendação da criação da disciplina "Antropologia da Alimentação" nos cursos de graduação em nutrição.

- Formação de um grupo de estudos em Antropologia da Alimentação ligado à ASBRAN.

- Organização do I Fórum de Antropologia da Alimentação em conjunto com a Coordenação - Geral de Políticas de Alimentação e Nutrição (CGPAN).

NUTRIÇÃO NA SAÚDE DA FAMÍLIA

- Garantir o exercício profissional do nutricionista em todos os níveis do SUS.

- Garantir que as atividades privadas do nutricionista sejam executadas apenas por este profissional.

- Articulação política para inserção do nutricionista em estratégias de atenção à saúde nas três esferas do governo.

- Promover uma articulação docência-serviço com entidades da categoria para a consolidação da atuação do nutricionista no SUS.

- Que as entidades se façam representar nos fóruns de discussão sobre políticas públicas de saúde.

- Sensibilizar gestores, usuários e trabalhadores da saúde componentes da equipe, no sentido de reforçar o papel do nutricionista no PSF.

- Instituir um Grupo de Trabalho constituído por entidades de nutrição (Comissão de Ensino/Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), Federação Nacional de Nutricionistas (FNN), Executiva Naci-

onal dos Estudantes de Nutrição (ENEN), Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), Coordenação Geral das Políticas de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (CGPAN/MS), Centros de Colaboradores e consultores, com as seguintes atribuições:

- Discussão e adequação dos procedimentos da Tabela do SIA/SUS para atuação do nutricionista na Atenção Básica.
- Discussão e proposição de parâmetros numéricos na atuação dos nutricionistas na Atenção Básica.
- Revisão das portarias ministeriais que definem recursos humanos para a saúde, normalizando a equipe mínima e quantificando o número de profissionais.
- Identificação das alternativas de atuação do nutricionista no PSF.
- Fortalecer o SISVAN como sistema de informação de indicadores nutricionais para as estratégias de Atenção Básica em Saúde.
- Promover a inserção das entidades de nutrição nas instâncias de controle social, nas três esferas governamentais.
- Estabelecer critérios para elaboração de material instrucional cuja temática seja a alimentação e nutrição, e cuja finalidade seja a utilização em programas de capacitação.

OFICINA DAS ENTIDADES **Organização das Entidades**

- Aprimorar mecanismos de comunicação, objetivando a mobilização da categoria em torno das entidades.

- Promover fóruns permanentes de discussão, locais e/ou estaduais das entidades.
- Organizar o III Encontro Nacional das Entidades de Nutrição (ENAEN), promovido pelo CFN, ASBRAN, ENEN e FNN.

Inserção Social e Política

- Participar dos movimentos políticos locais/estaduais/nacionais que se contraponham ao modelo hegemônico neoliberal.
- Buscar alianças políticas que reforcem as políticas públicas da área de alimentação e nutrição.
- Participar, ou se fazer representar nos órgãos de controle social das áreas de saúde e educação.

- Ações junto às instituições formadoras

- As entidades devem contribuir com as Instituições de Ensino Superior (IES), visando uma formação acadêmica crítica e reflexiva sobre as necessidades da população e sobre o papel social do nutricionista.
- Os projetos pedagógicos devem ser discutidos com a participação das entidades de profissionais e estudantes.

- Identificar a importância das entidades de nutrição para a categoria

- Otimizar os instrumentos de comunicação já existentes das entidades para a categoria.
- Incentivar os profissionais a criar e/ou reativar as entidades onde elas não existem.
- Criação de fóruns regionais das entidades de nutrição, envolvendo as entidades da categoria, IES e centros acadêmicos, a exemplo do que ocorre no Paraná, levando as propostas para fóruns nacionais.
- Informar os estudantes da graduação sobre o papel e a importância de cada entidade da categoria, se possível, em várias instâncias: congresso, jornadas de nutrição, formação, etc.
- Que as entidades divulguem mais as suas ações políticas, técnicas e científicas, para maior conhecimento da categoria e auxiliar nos posicionamentos.
- As associações, em parceria com as IES e a Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição (ENEN), devem incentivar os estudantes a participarem da sua filiação.
- As entidades da categoria devem procurar criar fóruns com os docentes para maior adesão às propostas que envolvem a formação e o perfil profissional, podendo ser utilizadas as comissões de ensino.



Conselheiras federais no stand do CFN no CONBRAN

CONGRESSO PROMOVEU INTERAÇÃO DO NUTRICIONISTA COM A COMUNIDADE

A Feira Comunitária de Saúde, realizada no dia 8 de junho, proporcionou um momento de interação entre os nutricionistas e a população durante o CONBRAN. Cerca 1.000 pessoas de diversas faixas etárias participaram da avaliação antropométrica, teste de glicose e oficinas de educação nutricional promovidas pelos nutricionistas.

ENCONTRO DE ESTUDANTES

De 15 a 24 de setembro de 2002, em Niterói/RJ, será realizado o 19º Encontro Nacional dos Estudantes de Nutrição (ENENUT). Simultaneamente ocorrerá o III Congresso Científico dos Estudantes de Nutrição (CONCEN) e o I Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição (SNAEN).



MTE vai iniciar fiscalização conjunta do PAT ainda este ano

O ministro do Trabalho e Emprego Paulo Jobim Filho, em entrevista a Revista do CFN, falou sobre as propostas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para o desenvolvimento do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) visando a promoção da saúde dos trabalhadores, objetivo que desenvolverá em parceria com o Conselho. Confira!

CFN – Qual a avaliação do Ministério sobre o PAT desde a sua implementação?

Ministro - A adesão ao PAT pelas empresas cresce desde sua criação, podendo ser notado que as mesmas, ao iniciarem a concessão do benefício alimentação aos seus trabalhadores, não mais o deixam de fazê-lo. Atualmente temos mais de 8 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa. Seguramente o PAT constitui-se em um dos programas sociais de maior sucesso do governo federal. O segredo desse sucesso reside especialmente no fato de que trabalhadores, empregadores e governo dividem o seu custeio e os mesmos dele se beneficiam. Os benefícios oriundos do PAT são incontestáveis, pois trabalhadores, especialmente aqueles de renda inferior, adquirem melhor qualidade de vida, as empresas agregam ganhos de produtividade e o governo diminui seus gastos com a concessão de benefícios previdenciários prematuros e no sistema de saúde. Devemos também acrescentar que o mesmo proporcionou a criação de vários postos de trabalho, estando estimado que atualmente mais de 300.000 trabalhadores formais atuam junto às empresas prestadoras/fornecedoras de serviços de alimentação coletiva e à rede de estabelecimentos que fornecem a alimentação a estes trabalhadores beneficiados.

Podemos verificar no quadro abaixo, este crescimento do PAT, considerando os dados quando de seu primeiro ano de existência (1977) e os dados atuais (2001):

	1977	2001
Empresas Beneficiárias	1287	106.721
Trab. Beneficiados	767.811	8.183.772

Por ser um programa que beneficia um grande quantitativo de trabalhadores (mais de um terço da população trabalhadora formal brasileira), especialmente aqueles considerados de baixa renda (mais de 60% do total de trabalhadores beneficiados), ter forte impacto econômico, baixo custo, desburo-

cratizado e contribuir significativamente para a melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho, o Programa é considerado como uma das iniciativas públicas de maior sucesso em âmbito mundial.

O PAT tem estimulado outros países (China, Índia e África do Sul, dentre outros) a virem conhecer nossa tecnologia de concessão de alimentação à população trabalhadora para que possam implantar seus programas.

CFN – Quais os principais avanços do Programa?

Ministro - A contribuição mais importante foi tornar mais fácil e ágil o processo de adesão. Até 1998 as empresas tinham a necessidade de renovar sua adesão ao PAT anualmente, devendo, para tanto, adquirir um formulário e o enviar (via Correios) ao Ministério. Atualmente esta exigência não existe mais, restando à empresa que aderiu ao Programa após 1999 somente informar, em campo específico da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, as mudanças havidas na operacionalização do programa de alimentação realizado pela empresa. Mais recentemente, através da publicação da Portaria SIT/MTE nº 03, de 1º de março de 2002, há a possibilidade de que as empresas efetivem a adesão ao PAT por meio eletrônico (Internet).

CFN – Quantas empresas aderiram e quantas saíram nos últimos 5 anos?

Ministro - A adesão de empresas ao PAT é crescente, desde sua criação. Já a desistência da referida adesão é bastante reduzida. Desde 1999, somente 1% das empresas que aderiram ao PAT desistem, a cada ano, de sua utilização, o que demonstra claramente as vantagens identificadas pelas empresas em realizarem programas de alimentação de seus trabalhadores.

No que concerne às desistências, cabe frisar que antes de 1999, tinha-se uma margem um pouco maior de desistências, em razão da necessidade da adesão ao PAT ter

que ser renovada anualmente. Dessa forma, as empresas que não renovavam os seus cadastros, até por dificuldades operacionais, eram automaticamente canceladas do Programa já no ano seguinte e tidas como desistentes. A partir de 1999, o cadastro das empresas no PAT passou a valer por tempo indeterminado, chegando-se à atual margem de desistência, de apenas 1% ao ano das empresas aderentes, informadas, ano a ano.

CFN – Em número de empregados beneficiados, quanto isso representou?

Ministro - Analisando os dados referentes aos últimos três anos, o número de trabalhadores que recebiam e deixaram de receber o benefício não ultrapassa a 0,6% do total de beneficiados pelo PAT.

CFN – Ao renovar o convênio do PAT, as empresas explicitaram os motivos?

Ministro - Desde 1999 não há obrigatoriedade de renovação da adesão ao PAT, iniciativa esta oriunda de programa de desburocratização adotado por este Ministério e pelo governo federal.

Quando havia a exigência de renovação anual da adesão das empresas ao programa, a razão que as levava a realizarem a reconfirmação de sua permanência era a de manterem a possibilidade de concessão de auxílio alimentação a seus trabalhadores e usufruírem das vantagens inegáveis que a referida concessão proporciona aos trabalhadores e também às empresas.

CFN – Quais as modalidades de serviços (restaurante na empresa, cesta de alimentos – complementar ou benefício reinício -, refeição convênio ou cheque alimentação) que permaneceram estáveis (ou crescentes) no uso do incentivo?

Ministro - Analisando os dados referentes à década de 90, identificamos que no seu início havia grande concentração de concessão do benefício através da modalidade de refeição-convênio (45% dos benefícios concedidos). Neste período, 39%

dos trabalhadores eram beneficiados através de alimentação no local de trabalho (modalidades de serviço próprio e administração de cozinha). Em 1992, agregou-se a modalidade de cestas de alimentos, ocasião em que houve uma reorganização na estrutura de modalidades de concessão do benefício, quando 14% dos benefícios passaram a ser concedidos através desta nova modalidade. Nos últimos anos a estrutura de modalidades de concessão do benefício alimentação tem se mantido constante, apresentando o seguinte quadro:

Refeição-convênio – 26 % dos benefícios-alimentação concedidos
Alimentação-convênio – 24 % dos benefícios-alimentação concedidos
Cestas de alimentos – 20 % dos benefícios-alimentação concedidos
Administração de cozinhas – 15 % dos benefícios-alimentação concedidos
Serviço-próprio – 11 % dos benefícios-alimentação concedidos
Refeição transportada – 04 % dos benefícios-alimentação concedidos

CFN – Quantas empresas estão sendo beneficiadas em cada modalidade?

Ministro - Considerando os dados referentes a 2001, temos os seguintes números de trabalhadores beneficiados, nas suas respectivas modalidades.

Serviço Próprio
1.135.122 trabalhadores
Refeição Transportada
440.970 trabalhadores
Administração de Cozinhas
1.539.919 trabalhadores
Refeição Convênio
2.386.552 trabalhadores
Alimentação Convênio
2.279.625 trabalhadores
Cestas de Alimentos
2.012.671 trabalhadores

É importante registrar que algumas empresas optam pela concessão do benefício-alimentação através de mais de uma modalidade, sendo o mais usual crescer a concessão de cestas de alimentos.

CFN – Das desistências ocorridas, quais as modalidades foram mais atingidas?

Ministro - Destaca-se a modalidade de refeição-convênio como aquela com maior decréscimo.

CFN – Quais as estratégias que o Ministério pretende desenvolver para aumentar a adesão das empresas ao PAT?

Ministro - A gestão do Programa é tripartite, isto é, a legislação, o desenvolvimento e a implementação do PAT são discutidas e deliberadas de forma consensual entre as representações de empregadores, trabalhadores e governo. Sendo um programa em que todos são beneficiados, há interesse de ambas as partes pelo trabalho de divulgação. Nos últimos anos, com a adoção destas instâncias tripartites há uma maior integração e desenvolvimento de cursos, seminários, palestras e outros programas de orientação e estímulo à adesão por parte do governo e destas representações. Este Ministério vem preparando a capacitação de seus auditores fiscais do trabalho para atuarem como agentes fiscalizadores e divulgadores do PAT e mantém a elaboração e distribuição de cartazes, folhetos, vídeos e outros materiais de divulgação. Além disso, as Delegacias Regionais do Trabalho mantêm plantão diário para informar e orientar os interessados.

CFN – Há alguma ação do Ministério voltada diretamente para esclarecer aos trabalhadores o que é o PAT e sua importância?

Ministro - Como respondido anteriormente, este Ministério empreende uma série de ações, de forma permanente, visando a divulgação junto a empresas e a trabalhadores sobre a importância da adesão ao programa e implementação de programas de alimentação de trabalhadores.

CFN – Como se dá a fiscalização do PAT em nível estadual?

Ministro - A fiscalização do PAT é coordenada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, através do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, sendo executada pelo corpo de Auditores Fiscais do Trabalho, lotados nos órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Emprego, em todas as Unidades da Federação.

CFN – O que o Ministério tem feito para incrementar essa fiscalização?

Ministro - O Ministério está em fase de negociação para a aprovação de Portaria e Instrução Normativa relativas à fiscal-

ização do PAT. A publicação promoverá uma sensível ampliação e melhoria do processo fiscal e de divulgação do PAT. Está previsto o treinamento de todo o corpo fiscal, de modo a instrumentalizar cerca de 3.200 auditores fiscais do trabalho.

CFN – Paralelo ao aumento da adesão, as empresas e os trabalhadores serão conscientizados sobre a importância da educação alimentar? Como?

Ministro - A conscientização sobre a importância do PAT passa necessariamente por um processo de educação alimentar, que deve ser pensada como um instrumento eficaz para evidenciar a importância da alimentação para a saúde e os comprometimentos desta quando a alimentação é inadequada. Neste sentido um grupo técnico da Comissão Tripartite do PAT elaborou um manual para empresários e profissionais da área de nutrição, bem como um cartilha (em fase de impressão) para os trabalhadores, incentivando-os às práticas saudáveis de vida e alimentação.

CFN – O CFN firmou um acordo de cooperação com o MTE para desenvolver ações relativas ao PAT. Como o Ministério pretende efetivar esse acordo?

Ministro - Estão sendo realizadas reuniões e contatos constantes entre a presidência do CFN e a Coordenação do PAT, estando previstas a realização conjunta de seminários regionais com a apresentação de experiências bem sucedidas em alimentação dos trabalhadores. Há também a previsão de que estas instâncias elaborem ações conjuntas de fiscalização, cada uma dentro de sua área de competência, visando a melhoria da operacionalização dos programas de alimentação adotados pelas empresas e junto à rede de restaurantes, bares e similares e aos supermercados e afins para uma maior conscientização destes quanto ao fornecimento de produtos alimentícios adequados aos trabalhadores beneficiados.

CFN – Ainda este ano, o que será feito para viabilizar este acordo?

Ministro - Pretendemos, ainda no decorrer deste ano, iniciarmos a realização de seminários, com a indicação de serem sediados na região sul do País, bem como a elaboração e início do processo de fiscalização conjunta. Importa esclarecer que parcerias como essa são fundamentais para assegurar o sucesso do PAT, visto que proporciona um importante mecanismo de conscientização dos trabalhadores sobre a necessidade de ter uma alimentação saudável.

Veja como será comemorado o Dia do Nutricionista em sua Região:

✓ CRN 1

NUTRICIONISTAS DO CENTRO-OESTE

De 28 a 30 de agosto, no Distrito Federal acontecerá um Ciclo de Palestras com temas de interesses das diferentes áreas de atuação do nutricionista e a Feira de Nutrição, com a participação de empresas ligadas a alimentação e nutrição e outras instituições. Estes eventos serão realizados no auditório da UNIP/DF.

Em Goiás, o CRN-1 realizará a Semana do Nutricionista de 20 a 31 de agosto, atividade que será desenvolvida em parceria com o Sindicato de Nutricionistas, a Universidade Federal de Goiás e UNIP/GO.

✓ CRN 2

ALEGRIA E CONFRATERNIZAÇÃO NO DIA DO NUTRICIONISTA

Em Santa Catarina, o Regional, em parceria com a ACAN, realizará uma confraternização no dia 29 de agosto, às 20 horas, na Churrascaria Meu Cantinho (Rua José Gonzaga R. Lima, 400 - Bairro Kobrasil - São José). A confirmação da presença deve ser feita no setorial de Florianópolis. No dia 3 de setembro, às 20:30h, no Cord Night Club acontecerá a comemoração do Dia do Nutricionista, promovida pelo CRN-2, AGAN, SBNC, SINURG e FNN. Os convites estarão à disposição a partir do dia 15 de agosto nestas entidades.

✓ CRN 3

CONFRATERNIZAÇÃO E PREMIAÇÃO

Numa atitude inovadora, o CRN-3 realizará no Estado de São Paulo, o evento comemorativo ao Dia do Nutricionista em conjunto com a Associação Paulista de Nutrição (APAN) e o Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (SINESP) estreitando, assim, os laços entre as entidades de classe, com o objetivo de fortalecer e engrandecer a profissão.

O evento comemorativo será na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde haverá uma sessão solene em homenagem aos nutricionistas a entrega do Prêmio Maria Lúcia Ferrari Cavalcanti, aos profissionais das diferentes áreas que se inscreveram e tiveram escolhidos seus trabalhos, a entrega do

troféu Eliete Salomon Tüdisco para os profissionais de destaque, finalizando com um coquetel que deverá ser abrilhantado com a presença de um coral.

No Paraná haverá uma confraternização entre os profissionais da região, em parceria com a Associação dos Nutricionistas do Paraná (ANUPR), onde serão realizadas atividades recreativas e culturais, apresentações artísticas, feira de produtos e de talentos e a entrega do Prêmio Eliete Salomon Tüdisco/2002.

Durante o evento será oferecido um almoço para os convidados.

Já no Estado do Mato Grosso do Sul, o CRN-3 oferecerá um coquetel aos profissionais da região e homenageará o nutricionista destaque.

Ressaltamos, que isso só será possível devido a colaboração de vários patrocinadores contatados durante todo o ano.

✓ CRN 4

UMA DATA PARA COMEMORAR E DIVULGAR A PROFISSÃO

As atividades referentes ao Dia do Nutricionista na 4ª Região estão sendo organizadas para abranger os diversos públicos com os quais o Conselho se relaciona. A partir de parcerias e apoios, serão realizadas orientações nutricionais e ou distribuição de folhetos informativos para a população. Ainda dirigido a este público, será ministrado um seminário no Rio de Janeiro sobre a alimentação e outras questões relacionadas à mulher no período da menopausa. Elaborado e conduzido por uma nutricionista e uma psicóloga, o evento contará com o apoio dos Conselhos Regionais de Nutricionistas e Psicologia.

Especificamente para a categoria, mas também de interesse de outros profissionais da área de saúde, haverá uma teleconferência sobre a participação do nutricionista no Programa de Saúde da Família, no dia 9 de setembro, das 16h às 18h. Promovido pelo CFN, este evento será gratuito e ocorrerá na sede do SESI. Para dar maior visibilidade à data, serão afixados out-doors nas capitais da 4ª Região.

SAIBA MAIS SOBRE OS
CRN EM NOSSO SITE
www.cfn.org.br/regionais

✓ CRN 5

PARCERIA PARA COMEMORAR O DIA DO NUTRICIONISTA

As atividades em comemoração ao Dia do Nutricionista na jurisdição do Regional 5, há 10 anos são realizadas em parceria com o SENAC. Este ano, no dia 31 de agosto, o evento acontecerá na Casa do Comércio, com palestras sobre segurança alimentar e rotulagem de alimentos. Na mesma data, será realizado, ainda, o Encontro das Entidades de Classe da categoria.

Inscrições e informações na Casa do Comércio, pelo telefone 71- 342 5399. A União Metropolitana de Educação e Cultura também estará promovendo encontros e debates com alunos e profissionais da área.

✓ CRN 6

III JORNADA CIENTÍFICA EM RECIFE

O Regional da 6ª Região realizará a III Jornada de Atualização Científica, no dia 31 de agosto, em Recife. Na oportunidade acontecerá, também, o minicurso sobre o Nutricionista na Vigilância Sanitária, coordenado pela Dra. Maria do Rosário Spindola, conselheira do CRN-6.

Os temas a serem abordados nos eventos são inspeção higiênico-sanitária, o registro de alimentos industrializados, coleta de amostra de alimentos, além da investigação de surtos por doenças transmitidas por alimentos e a educação sanitária. A Jornada pretende ainda, discutir o papel do nutricionista na vigilância sanitária e intensificar a integração dos profissionais com o Regional.

O evento vai percorrer os sete estados da jurisdição do CRN-6 e já foi realizado no Maranhão e Piauí.

✓ CRN 7

VIDA E OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO

Resgatar e valorizar o papel de Josué de Castro na história da nutrição em nosso país. Este é o objetivo do Encontro que o CRN-7 promoverá em comemoração ao **Dia do Nutricionista, 31 de agosto**. O tema será abordado pela nutricionista Rahilda Brito Tuma, que realizou extensa pesquisa sobre a atuação e as obras de Josué de Castro.

Durante o evento, serão apresentadas as novas instalações do CRN-7 aos presentes.

CFN orienta nutricionistas sobre os TRANSGÊNICOS

Mesmo sendo um assunto polêmico, o uso e cultivo dos alimentos transgênicos continua sendo disseminado em todo o País, sem que as informações corretas acerca desses produtos sejam divulgadas para a população. Ao adotar um posicionamento sobre tais alimentos, o CFN pretende orientar os nutricionistas, responsáveis pela nutrição e alimentação de seres humanos, sobre os riscos e conseqüências dos transgênicos e, conseqüentemente, como evitá-los. O firme propósito do Conselho em defesa da alimentação saudável e da saúde da população é o objetivo prioritário deste documento. Confira, a seguir:

Como profissional responsável pela avaliação da qualidade dos alimentos, o nutricionista enfrenta permanentes desafios determinados pelo incessante surgimento de produtos que concorrem para novos efeitos na saúde humana.

POSICIONAMENTO DO CFN SOBRE ALIMENTOS TRANSGÊNICOS

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), como representante desta categoria profissional, mantém a política de dispensar esforços no sentido de acompanhar e avaliar os assuntos relacionados à alimentação e nutrição a fim de fundamentar seu posicionamento, principalmente em relação a assuntos polêmicos.

Um dos seus objetivos busca, através da publicação de documentos norteadores da prestação de serviços do nutricionista, atender ao anseio da sociedade quanto a esclarecimentos e informações sobre produtos disponibilizados para alimentação.

Nos dias atuais, mediante todas as novidades da ciência que instrui a produção, industrialização e comercialização de gêneros alimentícios, o foco se dirige intensamente para o desenvolvimento tecnológico de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), especificamente dos alimentos transgênicos.

Após extensiva análise dos fundamentos prós e contras a produção desses alimentos, sob o enfoque da economia, da proteção ao meio ambiente, da sustentabilidade agrícola e da proteção da saúde humana, **o Plenário do CFN decide por manifestar-se contrário à comercialização dos alimentos transgênicos.**

O acompanhamento das descobertas científicas e das decisões governamentais não só em relação aos alimentos transgênicos, mas sobre o avanço da biotecnologia alimentar é tarefa permanente do Sistema CFN/CRN, vigilante ao respeito da legislação brasileira, em especial ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

A conclusão dos estudos realizados até o momento, aponta para a existência comprovada de efeitos adversos altamente prejudiciais aos diversos elementos do planeta, principalmente para os seres humanos. Neste sentido, o CFN, mediante a missão de contribuir para a saúde da população, entende que alguns benefícios não podem justificar o uso de produtos potencialmente maléficos, mesmo que para poucos.

Neste tempo o CFN conclama os nutricionistas a dirigir suas ações para o esclarecimento técnico da sociedade quanto aos riscos potenciais na utilização de alimentos transgênicos, a fim de instruí-la em defesa dos abusos cometidos por decisões públicas pautadas em interesses particulares.

O papel que o nutricionista poderá desempenhar neste cenário é fundamental para o crescimento de uma sociedade saudável no nosso País.

NUTRICIONISTA, A SOCIEDADE PRECISA SABER QUAL É O SEU PAPEL.

Desde o advento da nutrição, em 1939, o nutricionista tem sido formado para atuar em três grandes áreas: administração de serviços, nutrição clínica e nutrição social. As Diretrizes Curriculares para o Curso de Nutrição, aprovadas em agosto de 2001, ampliaram as competências e habilidades deste profissional.

Com o desenvolvimento da Ciência da Nutrição é imprescindível definir, organizar e sistematizar as especialidades do nutricionista, tendo em vista que a saúde é bastante ampla e que, para

atender aos interesses específicos da sociedade este profissional terá que direcionar sua atuação para obter resultados mais eficazes.

O objetivo de estabelecer especialidades é caracterizar o saber do nutricionista e impedir a fragmentação do mesmo e a sobreposição de competências estimulando uma visão global e integral do indivíduo.

Neste sentido, as entidades representativas dos nutricionistas, tendo à frente o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e a Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), estão operacionalizan-

do esta demanda com o reconhecimento do Título de Especialista.

A especialização é um diferencial para o profissional no mercado de trabalho e para a sociedade. Ao estimular os nutricionistas a possuírem títulos de especialistas, as entidades de classe vislumbram um campo de atuação mais promissor para estes profissionais num mundo globalizado, onde a organização das profissões é uma estratégia necessária para garantir a integralidade das suas competências nos mais variados níveis de atuação.

ASBRAN/CFN

Nutricionistas promovem alimentação saudável para gestantes, nutrizes e crianças

O programa Bolsa-Alimentação foi lançado pelo governo federal em 17 de setembro de 2001, no município de São José da Tapera/Alagoas. O objetivo é diminuir, até o final de 2003, as carências nutricionais de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas pertencentes a família com renda mensal inferior a meio salário mínimo per capita. Ao todo, são 800 mil gestantes e mães que estejam amamentando, além de 2,7 milhões de crianças

com até 6 anos, em risco nutricional.

O valor da bolsa é R\$ 15,00 (quinze reais) por pessoa e é pago mensalmente em nome da mãe ou responsável. Até fevereiro deste ano, 2.308 municípios aderiram ao Programa.

As gestantes beneficiadas com o Bolsa-Alimentação devem realizar todas as consultas de pré-natal e participar de atividades educativas em planejamento familiar e aleitamento materno. As mães que

estiverem amamentando (até o 6º mês de vida do bebê) devem realizar o registro do nascimento, manter a amamentação, fazer pesagens periódicas da criança, manter a vacinação da criança em dia e participar de atividades educativas em planejamento familiar e cuidados gerais com a criança.

Confira o trabalho de nutricionistas no Bolsa-Alimentação em dois municípios:

Município de Cabelo (Pernambuco)

Nutricionista Célia Maria Pires de Sá Leite (CRN 6)
- Coordenadora do Bolsa-Alimentação

CFN- Como se deu a inclusão do nutricionista no Bolsa-Alimentação em sua região?

Célia – Com o objetivo de consolidar o processo de municipalização da saúde, a atual gestão optou pela implantação do modelo de atenção à saúde que privilegiasse a atenção básica. Nessa direção, foi criada a coordenação de alimentação e nutrição, buscando dessa forma, construir instrumentos efetivos para o direcionamento das ações de alimentação e nutrição na região.

Vilma Ramos – Na realidade a implantação do Bolsa-Alimentação é muito recente, e a maioria dos municípios só formalizou a adesão ao Programa neste ano. No caso do nosso município, eu já coordenava o Programa de Combate às Carências Nutricionais, quando fomos convidados pelo Ministério da Saúde a participar como projeto-piloto do Bolsa-Alimentação e eu assumi, também, a coordenação municipal deste programa.

CFN- Quais as principais ações realizadas pelo nutricionista neste Programa?

Célia – Identificação dos fatores e famílias de maior risco nutricional; monitoramento nutricional de gestantes nutrizes e crianças de 0 a 6 anos e ½; incentivo ao aleitamento materno exclusivo até 6 meses e misto até 2 anos; visitas domiciliares periódicas aos grupos de risco nutricional; incentivo ao cultivo de hortas; educação em saúde com assistência a grupos específicos e apresentação de alternativas alimentares de baixo custo para a comunidade.

Vilma Ramos – O nutricionista participa desde a implantação do programa, e continua na orientação e treinamento das equipes de saúde (PACS e PSF) do município, na identificação e cadastramento dos prováveis beneficiários, sensibilização dos gestores, articulação com outros setores dentro e fora do município, a fim de traçar estratégias para melhor viabilização do Programa. De-

pois de concluída a fase de cadastramento, digitação e importação dos dados, vem o acompanhamento da agenda de saúde que cada beneficiário deve cumprir ao ser incluído no Programa. Este acompanhamento é feito pela equipe de saúde e consiste no monitoramento das ações básicas de saúde: consultas de pré-natal e puericultura, atualização do calendário de vacinação, além de atividades educativas, onde está inserida a orientação nutricional, momento em que diferentes temas são abordados, dentre eles, a prática do aleitamento materno, orientação da alimentação da gestante e criança, estímulo ao consumo de alimentos regionais e de baixo custo, etc.

CFN- Como o trabalho do nutricionista é visto pelos gestores e a população envolvida no Programa?

Célia – Salientamos que nossa atuação dentro do programa tem sido bastante favorável, pois recebemos incentivos

Município de Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco)

Nutricionista Vilma Ramos de Cerqueira (CRN-6)

de todos os profissionais e gestores e uma ótima receptividade por parte da comunidade, o que nos deixa bastante otimistas com relação ao nosso trabalho que acreditamos tem sido de relevante importância para a melhoria das condições de saúde e nutrição das comunidades nas quais estamos atuando.

Vilma Ramos – Por se tratar de um programa que tem uma relevância social importante, o profissional nutricionista é visto como técnico capaz de coordenar, articular e integrar as diversas ações e setores envolvidos na condução do Programa, além de desempenhar o papel de educador e facilitador na área de nutrição para os profissionais da atenção básica de saúde e para a população envolvida.

CFN- Quais os resultados contabilizados pela atuação do nutricionista até o momento?

Célia- Promoção da oferta programada da atenção para os grupos de famílias

mais expostas ao risco nutricional; redução dos índices de desnutrição em crianças de 0 a 6 anos e gestantes; crianças com aleitamento materno exclusivo até o 6 mês; promoção da busca ativa de gestantes, nutrízes, crianças desnutridas e faltosos das consultas agendadas; promoção de práticas alimentares saudáveis através de atividades educativas (seções, oficinas e palestras), possibilitando a troca de informações junto a comunidade; melhoria do estado nutricional dos grupos de risco (crianças, gestantes, nutrízes) através de uma participação efetiva das famílias.

CFN- Já existe uma avaliação sobre o impacto do Bolsa-Alimentação nos aspectos nutricionais e alimentares da população?

Célia- Apesar de estarmos em fase inicial de acompanhamento e avaliação do programa, podemos afirmar que por se tratar de transferência direta de renda o programa permite uma maior flexibilização dos

alimentos adquiridos pelas famílias, bem como o acesso aos conhecimentos que melhor orientem sua utilização, resgatando o conceito de cidadania e de que alimentação é um direito inerente a pessoa humana.

Vilma Ramos – A implantação do programa no município ocorreu em setembro de 2001, em apenas uma unidade de PSF, ocasião em que os 100 primeiros beneficiários foram incluídos no Bolsa. Atualmente estamos implantando nas outras 31 equipes do PSF, três áreas de PACS, e cadastrando as áreas rurais não cobertas pelo programa. Neste mês, cerca de 1.500 beneficiários estão recebendo o cartão magnético, e efetuando o saque do benefício e passarão a ser sistematicamente acompanhados e avaliados pela equipe de saúde. Sendo assim, não temos ainda subsídios para realizar um estudo comparativo para avaliar o impacto do programa na melhoria da condição nutricional da população alvo.

Perfil dos Coordenadores Municipais do Programa Bolsa-Alimentação

Os gestores municipais informaram, por meio das cartas de adesão enviadas ao Ministério da Saúde, os dados dos coordenadores municipais (escolaridade e formação profissional) que serão responsáveis pelas atividades do Programa.

Segundo análise destes dados, pode-se verificar que 86% dos coordenadores possuem nível superior, 13% nível médio e 1% nível fundamental.

Os Estados que apresentaram maior proporção de profissionais de nível superior foram, respectivamente, Rio de Janeiro (97,6%), Rondônia (96,8%), Sergipe (96,4%), Alagoas (93,8%) e Pará (92,2%). O Estado que apresentou o menor percentual foi Roraima (35,7%).

O nutricionista

Entre os coordenadores com nível su-

perior, a maioria é de enfermeiros (60,5%), seguidos pelos nutricionistas (15,2%), assistentes sociais (11,5%) e médicos (3%), sendo 9,8% de outras profissões.

Nos 27 Estados do Brasil, o que apresentou o maior percentual de nutricionistas na coordenação municipal das ações do Programa Bolsa-Alimentação foi o Rio de Janeiro, com 59,52%. Já no Estado de Sergipe, dos 51 municípios que informaram os dados, nenhum possui um nutricionista na coordenação do Programa. A média nacional foi de 15,2% dos coordenadores formados em nutrição.

Na comparação entre o perfil dos coordenadores do Bolsa-Alimentação e o perfil dos coordenadores do Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais

(ICCN), pode-se observar que, com relação ao nível de escolaridade dos profissionais, houve a manutenção do percentual de profissionais de nível superior, médio e fundamental entre o ICCN e o Bolsa-Alimentação, porém, com relação aos profissionais de nível superior, houve um aumento na proporção de nutricionistas na coordenação municipal do Programa Bolsa-Alimentação. No ICCN, 9% dos coordenadores eram nutricionistas e, atualmente, são 15,2%.

É importante ressaltar que a portaria de criação do Programa Bolsa-Alimentação enfatiza a importância da existência de um nutricionista como responsável técnico em nível municipal, por ser um programa voltado para a melhoria das condições nutricionais da população materno-infantil.

Direito Humano à Alimentação

O Decreto nº 4.226, de 13 de maio de 2002, instituiu o Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação (CNPDA), com o objetivo de articular as atividades da sociedade civil no âmbito da segurança alimentar e nutricional. O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) participou das reuniões de articulação das atividades promovidas pela sociedade civil sobre a segurança alimentar e nutricional e a promoção do direito humano à alimentação.

Em 17 de junho, foi constituído um grupo de trabalho nacional, para elaborar o edital (cujo conteúdo está disponível na internet para consulta pública) e deflagrar o processo de mobilização para a realização de

uma assembléia geral a fim de eleger os representantes do CNPDA. Até então, havia o reconhecido interesse em consolidar o Conselho, embora algumas entidades questionassem a sua instauração num momento político eleitoral.

No entanto, após o arquivamento do pedido de intervenção federal no Espírito Santo, decisão do Procurador Geral da República Geraldo Brindeiro, e tendo em vista que o pedido foi aprovado por unanimidade no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pelo Ministério da Justiça com base em sérias violações de direitos humanos naquele Estado, o então Ministro da Justiça

pediu exoneração do cargo por sentir-se desautorizado.

Devido a este fato, vários representantes da sociedade civil no CNPDA, entre eles a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), decidiram não participar mais das reuniões deste Conselho durante o período restante do mandato do atual presidente. Em Carta Aberta ao relator especial da ONU sobre o Direito Humano à Alimentação Mr. Jean Ziegler, publicada no site do CFN, as entidades explicam o porquê de tal decisão.

As reuniões estão suspensas em virtude da mudança do Ministro da Justiça. O CFN assinou a carta enviada ao relator da ONU.

CIAN acompanha execução da PNAN

A Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN), dentro de suas atribuições de acompanhamento e desenvolvimento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), está acompanhando o Programa Bolsa-Alimentação e a execução da PNAN.

Dentre as principais recomendações feitas pela CIAN ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), destacamos:

- Realização dos Seminários Macrorregionais, iniciando este ano, como atividades preparatórias para a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que acontecerá em 16 de outubro de 2002, e terá como principal tema a "Globalização, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional".

- O CNS coordenará a elaboração e condução da Política Nacional de Capacitação de Conselheiros de Saúde.

CFN é contra curso superior em nível de tecnólogos nas áreas de alimentação e nutrição

O Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde (FENTAS) tem discutido como temas principais, além do habitual acompanhamento da política nacional de saúde pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), as diretrizes curriculares da área de saúde para os níveis médio e superior, o projeto de educação tecnológica e outros.

Quanto à educação de nível tecnológico, o CFN vem acompanhando as audiências públicas do Conselho Nacional de Educação com posição contrária a implantação do curso superior de tecnologia na área de saúde, especialmente de Nutrição e está em fase de discussão uma resolução oficializando este assunto.

O CFN acredita que a formação superior será legitimada na discussão dos avanços em saúde e da sua relação com os recursos humanos, tendo como base o atendimento às necessidades da população. Não crê na apresentação de um profissional com for-

mação mais rápida e intermediária e com atribuições diferentes dos técnicos em alimentação e nutrição ou dos nutricionistas. Além disso, os tecnólogos não estão contemplados na Lei Orgânica de Saúde.

ATO MÉDICO

A reunião do FENTAS decidiu, também, criar um Grupo de Trabalho (GT) para discutir o PL nº 25/2002, que define o ato médico e dá outras providências. O resultado dessas discussões foi apresentado ao Secretário de Políticas de Saúde.

Outros assuntos de relevância têm sido discutidos e acompanhados pelo CFN, como o PL nº 6.240/02, que fixa normas de formação de Recursos Humanos (RH) na área de saúde, a tabela de procedimentos no âmbito do SUS e parâmetros assistenciais, e a capacitação de conselheiros e membros do Ministério Público.

• BOLSA-ALIMENTAÇÃO

A Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN/Ministério da Saúde) está analisando as justificativas do número de nutricionistas responsáveis pelo Programa Bolsa-Alimentação ter tido um reduzido aumento de 9% para apenas 15%. Afinal, portaria do próprio Ministério recomenda a preferência do nutricionista como responsável técnico do referido Programa.

As principais ações da CGPAN para 2003, são: assistência financeira à família visando a complementação da renda para melhoria da nutrição – Bolsa-Alimentação; incentivo financeiro a municípios habilitados à parte variável do piso de atenção básica – PAB, para Ações de Combate às Carências Nutricionais; atendimento a crianças, gestantes e idosos, em áreas endêmicas de má nutrição, com micronutrientes; estudos e pesquisas sobre recuperação nutricional e alimentação saudável e promoção de eventos sobre recuperação nutricional e alimentação saudável. Para o desenvolvimento dessas ações foram destinados R\$ 590.589.787,00, para o referido período.

Agenda

9TH INTERNATIONAL CONGRESS ON OBESITY

Data: 24 a 29 de agosto de 2002.

Local: Centro de Convenções Transamérica São Paulo-Brasil

Informações: (11) 3812 4845/ cerne@uol.com.br

19º ENCONTRO DOS ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO (ENENUT) III CONGRESSO CIENTÍFICO DOS ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO (CONCEN) I SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO DE NUTRIÇÃO (SNAEN)

Data: 15 a 24 de setembro de 2002.

Local: Niterói - Rio de Janeiro.

SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Data: 16, 17 e 18 de outubro de 2002.

Local: Recife - Pernambuco

Passo inicial de preparação para a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar prevista para acontecer em outubro de 2003. O CFN integra o grupo de organização dos dois eventos.

NUTRICIONAL

FEIRA INTERNACIONAL DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO

Data: 9 a 13 de outubro de 2002.

Local: Expo Center Norte São Paulo-SP

Conheça a últimas novidades da indústria de alimentos funcionais,

enriquecidos, *diet & light*, fibras, probióticos, vitaminas e suplementos alimentares.

Apoio: Sociedade de Pediatria de São Paulo, Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo, Grupo de Estudos em Produção Hospitalar.

Inscrições: www.feiranutricional.com.br ou tel.: (11) 4191 8188.

XIII CONGRESSO DE CARDIOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL I SIMPÓSIO DE NUTRIÇÃO EM CARDIOLOGIA

Data: 17 a 19 de outubro de 2002.

Local: Expogramado - Rua Borges de Medeiros, 4111 Gramado/Rio Grande do Sul

Informações: www.cardios.com.br Inscrições por fax: 51 - 3221-2028 ou 51-3225-0864

V TOP PRÊMIO ATUALIDADE GENDRIC - 2002 ÁREA DE NUTRIÇÃO

Inscrições e entrega dos trabalhos até 31 de outubro de 2002.

Endereço: Avenida das Indústrias, 315 CEP 13280-000 - Vinhedo - São Paulo

GENDRIC (Grupo de Estudos de Nutricionistas e Restaurantes Industriais de Campinas e Região) é uma organização não-governamental formada por 25 nutricionistas da região de Campinas. O V TOP premia o melhor trabalho de nutrição do ano em questão.

Informações: cofaccorreias@ig.com.br, com Adriana Copi.

Endereços CRN

•CRN - 1ª REGIÃO

GO - Goiás
MT - Mato Grosso
TO - Tocantins
DF - Distrito Federal

CONTATO:

SCN Qd. 01 - Bloco E - Sala 1611

Ed. Central Park -

CEP: 70.710-902 - Brasília-DF

FONE: (61) 328-3078

E-MAIL: crn_1@bol.com.br

•CRN - 2ª REGIÃO

SC - Santa Catarina
RS - Rio Grande do Sul

CONTATO:

AV. TAQUARA, 586 - S. 503 - Bairro Petrópolis

CEP: 90.460-210 - Porto Alegre-RS

FONE: (51) 3330-9324 ou 3330-5674 (Direto)

FAX: (51) 3330-9324

E-MAIL: crn2@zaz.com.br

•CRN - 3ª REGIÃO

MS - Mato Grosso do Sul
PR - Paraná
SP - São Paulo

CONTATO:

AV. PAULISTA, 568 - 6ª Andar

CEP: 01.310-000 - São Paulo - SP

FONE: (11) 3284 - 1779, 3284-1222, 3284-7357, 289-4744

FAX: (11) 3284-0294

E-MAIL: crn3.fwb@zaz.com.br

www.crn3.org.br

•CRN - 4ª REGIÃO

MG - Minas Gerais
ES - Espírito Santo
RJ - Rio de Janeiro

CONTATO:

AV. GRAÇA ARANHA, 145 - Grupo 807

CEP: 20.030-003 - Rio de Janeiro- RJ

FONE/FAX: (21) 2262-8678

E-MAIL: crn4@crn4.org.br

www.crn4.org.br

•CRN - 5ª REGIÃO

SE - Sergipe
BA - Bahia

CONTATO:

AV. 7 de Setembro, 174, Ed. Santa Rita - Sala 701

CEP: 40.060-000 - Salvador-BA

FONE: (71) 322-8037

FAX: (71) 322-8142

E-MAIL: crncinco@atarde.com.br

•CRN - 6ª REGIÃO

AL - Alagoas
PB - Paraíba
PI - Piauí,
MA - Maranhão
RN - Rio Grande do Norte
CE - Ceará

Fernando de Noronha

PE - Pernambuco

CONTATO:

Rua Bulhões Marques, 19 - Salas 801/802
Boa Vista

CEP: 50.060-050 Recife - PE

FONE: (81) 3222-2495

FAX: (81) 3222-1458

E-MAIL: crn6pe@elogica.com.br

www.crn6.com.br

•CRN - 7ª REGIÃO

AC - Acre
AM - Amazonas, RO - Rondônia,
RR - Roraima, AP - Amapá, PA - Pará

CONTATO:

AV. Generalíssimo Deodoro, 1978, Cremação

CEP: 66.045-190 Belém - PA

FONE: (91) 241-0412 - (91) 230-2949

FAX: (91) 241-0412

E-MAIL: consenut@zaz.com.br

:. TELECONFERÊNCIA

Assista a teleconferência
sobre a inserção do
nutricionista no PSF

9 de setembro de 2002 – das 16h às 18h – Auditório do SESI